



## **IV. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais**

Rosana Baeninger

### **Introdução**

O tema das migrações internas no Brasil adquire importância crescente nos estudos de população no século 21. De um lado, as migrações de longa distância redesenham seus trajetos e seus significados; de outro lado, as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas.

Este estudo analisa os movimentos migratórios no Brasil, acompanhando as transformações em sua dinâmica nas últimas décadas. Os movimentos migratórios internos no Brasil, dos últimos 60 anos, estão fortemente relacionados aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional, e inseridos nas distintas etapas econômicas, sociais e políticas experimentadas pelo país ao longo desse período.

Desse modo, o deslanchar dos processos migratórios recentes tem suas raízes de transformações desde os anos 1980, quando as clássicas interpretações da migração ancorada somente no desempenho econômico

das áreas alcançaram seus limites. O texto recapitula as tendências gerais da migração nos anos 1980 e 1990 no Brasil, a fim de que se possa acompanhar, no longo prazo, a manifestação das migrações internas no país e sua configuração atual. Focalizada no século 21, os processos migratórios nacionais, que imersos em um novo contexto socioeconômico e urbano, imprimem espaços da migração marcados por diferentes “condições migratórias”: áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e áreas de rotatividade migratória.

Nesse contexto, apresenta-se a seguir algumas reflexões que contemplam o cenário recente das migrações internas no Brasil, com a incorporação do conceito de rotatividade migratória para o entendimento teórico-metodológico dos processos migratórios em curso no país.

### **Panorama das migrações internas**

As análises relativas aos primeiros anos do século 21 comparam as informações sobre os movimentos migratórios para todos os Estados brasileiros, no período 1995-2000, 1999-2004, 2001-2006 e 2004-2009, com base no Censo Demográfico de 2000 e nas Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar de 2004, 2006 e 2009, respectivamente. Busca-se apresentar os movimentos migratórios contemporâneos, em particular aqueles referentes às migrações na primeira década do século 21.

#### *Breve retrospecto: as tendências a partir dos anos 80*

As mudanças no processo migratório nacional tiveram, a partir dos anos 70, o deslançar de suas transformações. No contexto dos deslocamentos interestaduais, apesar da centralidade migratória no Sudeste - São Paulo e Rio de Janeiro, foram os dois Estados dessa Região que já haviam assistido a uma redução em seus volumes de imigrantes dos anos 70 para os 80 (BAENINGER, 2002). O Sudeste, que chegava a ter um movimento migratório que envolvia quase 5 milhões de pessoas nos anos 70, diminuiu este volume para 4,3 milhões no período 1981-1991.

Na Região Centro-Oeste, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal também diminuíram seus volumes de imigrantes entre esses dois períodos. O Mato Grosso do Sul demonstrava sinais do “fechamento de sua

fronteira” (MARTINE, 1987; 1994) e o Distrito Federal iniciava, no período 1981-1991, seu processo de expansão metropolitana atingindo os municípios do Estado de Goiás, com significativos fluxos migratórios para seu entorno.

Ao longo dos últimos cinquenta anos do século XX, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional, onde as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos. Nesse sentido, as análises a respeito do processo de distribuição espacial da população nos anos 70, e até mesmo durante a década de 80, estiveram baseadas e preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração: da migração, com a predominância do fluxo para o Sudeste; do processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, quando cerca de 15,6 milhões deixaram as áreas rurais nesse período (MARTINE, 1994); e, a concentração da população, manifestada no processo de metropolização.

De fato, essas características representaram e compuseram a sociedade urbano-industrial brasileira (FARIA, 1991), com a concentração tanto de atividades econômicas quanto populacional. É revelador nesse processo, no entanto, que os efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas<sup>1</sup>, iniciados no decorrer dos anos 70, não tivesse tido reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais captados pelo censo demográfico de 1980; somente no período 1981-1991 é que esse processo tornou-se mais evidente, sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população<sup>2</sup>.

No entanto, além das “trajetórias dominantes” (BRITO, 1997), fenômenos de suma importância para a dinâmica da mobilidade espacial da população já emergiam naquele período. Um deles referia-se ao refluxo de mineiros para seu Estado já nos anos 70<sup>3</sup>, apontando o incipiente processo de reversão emigratória da área; cerca de 35,6% dos imigrantes para o Estado de Minas

<sup>1</sup> Veja-se Negri (1996); Diniz (1995) e Pacheco (1998).

<sup>2</sup> Negri (1996) aponta essa possível defasagem entre dinâmica econômica e dinâmica migratória em seu estudo a respeito do processo de desconcentração da indústria no País.

<sup>3</sup> Brito (1997) indica essa tendência para os anos 70.

Gerais eram de retorno naquele período. O processo de desconcentração das atividades econômicas que marcava o período 1970-1980 beneficiou Minas Gerais, podendo já ter contribuído, nesse período, para a absorção de sua população natural, bem como para atração e, inclusive, refluxo de população.

Outro aspecto a considerar refere-se aos possíveis destinos migratórios nos anos 70. Martine e Carvalho (1989) sintetizam os deslocamentos populacionais, desse período, destacando a ocorrência do aumento no número de Estados expulsores de população e a redução nos receptores. Na verdade, das vinte e seis UF's existentes em 1980, onze delas haviam registrado trocas migratórias positivas com outros Estados, das quais cinco estavam no Norte, indicando que entre 1970-1980 essa fronteira foi capaz de aumentar o número de Estados absorvedores de população no País; no cômputo geral, havia, nos anos 70, mais Estados “perdedores” que “ganhadores” de população<sup>4</sup>. Essa situação inverteu-se na década seguinte, com os anos 80 entrando na história migratória recente do País com o maior número de “espaços ganhadores” nas migrações interestaduais, mesmo tendo o Rio de Janeiro registrado perdas populacionais. Dentre as vinte e sete UF's existentes em 1991, quatorze delas registraram trocas migratórias positivas no período 1981-1991, destacando-se, além dos Estados do Norte (à exceção do Acre), o saldo positivo do Estado de Sergipe (no Nordeste), do Espírito Santo (no Sudeste) e de Goiás (no Centro-Oeste).

De fato, de uma para outra década, ocorreram significativas mudanças econômicas que tiveram rebatimentos sobre os movimentos migratórios. Ao lado do processo de esgotamento das fronteiras agrícolas, o País conviveu com o importante processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular as industriais (PACHECO, 1998). Para esse período, pode-se concluir que essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, bem como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas.

<sup>4</sup> Tocantins ainda fazia parte de Goiás.

<sup>5</sup> Eram 15 estados perdedores de população contra 11 ganhadores.

Foi particularmente importante no período 1981-1991, o movimento de retorno aos Estados de nascimento, os quais também contribuíram para a elevação no número de Estados ganhadores. Nos anos 70, o movimento de retorno aos Estados de nascimento representava apenas 11,0% do total da migração nacional, proporção que chegou a dobrar no período 1981-1991, alcançando 24,5% do total; passou-se de um volume anual de retorno de 105.482 pessoas, no período 1970-1980, para 259.582, entre 1981-1991.

Assim, os anos 80 já indicavam a expansão dos espaços da migração (BAENINGER, 1999), tendência que se viu confirmada nos anos 90, particularmente quando se consideram os movimentos intra-regionais e os inter-regionais separadamente.

Na continuidade das mudanças nos movimentos migratórios, as tendências na migração interna no Brasil nos anos 90 apontaram:

- 1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas;
- 2) mantiveram-se como *área de absorção* de fluxos de longa distância, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;
- 3) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os Estados nordestinos;
- 4) houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos Estados tornando-se “ganhadores” de população - mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

A análise dos movimentos migratórios, em anos recentes – anos 2000, como se procederá a seguir indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

### **Migrações internas no Brasil: 1995-2009**

Quando se considera os movimentos migratórios interestaduais e suas trocas migratórias pode-se verificar, do período 1995-2000 para 1999-2004, a manutenção no número de Estados ganhadores de população: 17

Estados entre 1995-2000 e entre 1999- 2004. Entre 2001-2006 e 2004-2009, entretanto, foram, respectivamente, 12 e 13 os Estados com ganhos migratórios, refletindo a situação de trocas migratórias negativas dos Estados da Região Norte, as oscilações nas tendências da migração de alguns Estados da Região Nordeste e a nova posição de São Paulo e Rio de Janeiro no cenário de perdas migratórias no contexto das migrações internas no Brasil.

Ainda que a PNAD 2009 aponte para o decréscimo do saldo migratório negativo do Estado de São Paulo e trocas positivas para o Estado do Rio de Janeiro, no início do século XXI, as migrações internas tornaram-se ainda mais complexas, sem a definição – que anteriormente poderia se visualizar – dos rumos da migração no país, considerando o comportamento verificado em décadas ou quinquênios anteriores.

Os anos 2000 indicam o descolamento da relação migração-industrialização, migração-ocupação de fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva. Essa nova configuração produtiva em âmbito nacional e internacional constitui o pano-de-fundo do dinamismo atual das migrações internas no Brasil, onde os fluxos mais volumosos e de longa distância são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino.

Nesse sentido, as migrações assumem um caráter mais reversível (DOMENACH; PICOUET, 1990) em comparação com décadas anteriores, nas quais as explicações da migração estavam pautadas na capacidade de atração do destino migratório, mesmo que em uma leitura histórico-estrutural (SINGER, 1973). O fenômeno da reversibilidade das migrações internas diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno.

É nesse contexto, que a migração interestadual, para o conjunto do país, continuou exibindo decréscimos em seus volumes: passou de 5,2 milhões, entre 1995-2000, para 4,6 milhões, entre 1999-2004, e de 4,4 milhões, de 2001-2006, para 3,2 milhões entre 2004-2009 (tabelas 1 e 2). Esse decréscimo, contudo, não implica em uma tendência à estagnação das migrações; ao contrário, denota outros arranjos da própria migração interna, bem como

seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais.

**TABELA I** - Volumes de imigração, emigração e trocas migratórias por Regiões e Unidades da Federação Brasil, 1995/2000 e 1999/2004

Regiões e UFs	1995/2000			1999/2004		
	I (Imigração)	E (Emigração)	Trocas	I (Imigração)	E (Emigração)	Trocas
Rondônia	83.325	72.734	10.591	49.046	55.239	-6.193
Acre	13.635	16.069	-2.434	14.777	13.212	1.565
Amazonas	89.626	58.658	30.968	64.001	52.928	11.073
Roraima	47.750	14.380	33.370	38.384	13.325	25.059
Pará	182.045	234.213	-52.168	235.111	187.426	47.685
Amapá	44.582	15.113	29.469	32.525	18.281	14.244
Tocantins	95.430	82.513	12.917	82.312	112.004	-29.69
NORTE	556.393	493.680	62.713	516.156	452.415	63.741
Maranhão	100.820	274.470	-173.650	180.924	258.016	-77.092
Piauí	88.736	140.815	-52.079	119.646	113.952	5.694
Ceará	162.926	186.709	-23.783	141.680	120.574	21.106
Rio G. do Norte	77.917	71.286	6.631	73.494	37.284	36.210
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	138.328	95.857	42.471
Pernambuco	164.872	280.289	-115.417	179.932	204.868	-24.936
Alagoas	55.967	127.949	-71.982	81.318	85.668	-4.350
Sergipe	52.109	56.921	-4.812	45.843	43.258	2.585
Bahia	250.572	517.930	-267.358	290.343	378.618	-88.275
NORDESTE	1.055.924	1.819.854	-763.930	1.251.508	1.338.095	-86.587
Minas Gerais	447.836	408.659	39.177	429.438	398.460	30.978
Espírito Santo	129.169	95.149	34.020	107.132	108.669	-1.537
Rio de Janeiro	319.749	274.223	45.526	166.036	255.653	-89.617
São Paulo	1.223.809	884.121	339.688	823.557	978.689	-155.132
SUDESTE	2.120.563	1.662.152	458.411	1.526.163	1.741.471	-215.308
Paraná	297.308	336.998	-39.690	260.478	271.182	-10.704
Santa Catarina	199.651	139.665	59.986	214.287	139.268	75.019
Rio G. do Sul	113.395	152.891	-39.496	116.643	146.372	-29.729
SUL	610.354	629.554	-19.200	591.408	556.822	34.586
Mato G. do Sul	97.709	108.738	-11.029	90.071	97.271	-7.200
Mato Grosso	166.297	123.726	42.571	192.691	81.011	111.680
Goiás	372.702	169.887	202.815	315.571	168.574	146.997
Distrito Federal	216.200	188.551	27.649	152.073	199.982	-47.909
C.-OESTE	852.908	590.902	262.006	750.406	546.838	203.568
<b>TOTAL</b>	<b>5.196.142</b>	<b>5.196.142</b>	<b>-</b>	<b>4.635.641</b>	<b>4.635.641</b>	<b>-</b>

Fonte: Fundação IBGE (2000; 2004).

\* Não inclui os imigrantes estrangeiros nem os de UF não especificada.

Para o entendimento deste novo cenário das migrações no país é necessário que se observe as tendências atuais da Região Nordeste. Com uma tendência que se delineia desde os últimos vinte anos, a Região Nordeste continuou o decréscimo em seus saldos migratórios negativos, de 763 mil pessoas, entre 1995-2000, para 86 mil pessoas, entre 1999-2004, alcançando 53 mil e 168 mil pessoas, respectivamente, entre 2001-2006 e 2003-2008.

Entre 2004-2009 o saldo negativo migratório para a região Nordeste manteve-se em 187 mil pessoas, o que indica a força da migração de retorno na composição de sua imigração. Esta nova face e nova fase da imigração para o Nordeste estão relacionadas ao contexto atual da Região Metropolitana de São Paulo, em especial, e do Rio de Janeiro, e a reorganização da indústria no território nacional (COUTINHO, 1998) e internacional (SASSEN, 1988).

No período 1995-2000 apenas Rio Grande do Norte registrava saldo positivo nas trocas migratórias interestaduais, tendência que havia se ampliado para Piauí, Ceará, Paraíba e Sergipe, no período 1999-2004. Entretanto, para o período 2001-2006 e 2003-2008/2004-2009, somente Rio Grande do Norte e Ceará continuam apresentando trocas migratórias interestaduais positivas, com a Bahia registrando saldo positivo entre 2001-2006, mas saldo negativo para o período 2003-2008 e entre 2004-2009 (108.326 pessoas); ressalte-se, contudo, que as oscilações nessas perdas migratórias do Estado da Bahia dizem respeito muito mais aos Estados de Goiás, Pará, Mato Grosso, do que com os estados da Região Sudeste.

As dinâmicas migratórias dos Estados do Nordeste são profundamente marcadas por oscilações em temas de recuperação, absorção e expulsão de suas populações que refletem tanto os processos intra-regionais, como a instabilidade das tendências dos movimentos migratórios de retorno. De um lado, o Rio Grande do Norte e o Ceará vêm conseguindo manter trocas migratórias positivas com as demais UFs, do outro lado, o Estado da Bahia é um dos melhores exemplos; com uma trajetória de perdas migratórias por mais de cinquenta anos – apesar do decréscimo em seu volume como um todo – a PNAD 2006 revelou maior contingente de imigrantes (339.133 pessoas) do que de emigrantes (306.116), com um saldo migratório positivo de 33.017 pessoas para esse Estado. No entanto, a PNAD 2008 e 2009 apontam perdas migratórias de 75 mil pessoas e de 108.326, respectivamente,



para a Bahia. Nesse contexto, torna-se pertinente, mais uma vez destacar, as análises a respeito da reversibilidade das migrações, como aponta Domenach e Picouet (1990).

**TABELA 2** - Volumes de imigração, emigração e trocas migratórias - Unidades da Federação, 2001-2009

Regiões e UFs	2001/2006			2003/2008			2004/2009		
	I	E	Trocas	I	E	Trocas	I	E	Trocas
Rondônia	36.000	56.801	-20.801	40.772	47.555	-6.783	34.249	32.206	2.043
Acre	17.762	13.154	4.608	12.112	8.552	3.560	13.059	13.026	33
Amazonas	51.792	54.600	-2.808	48.307	40.282	8.025	63.102	35.594	27.508
Roraima	36.602	7.071	29.531	17.782	8.441	9.341	15.351	14.675	676
Pará	198.158	174.718	23.440	156.954	154.535	2.419	118.292	160.200	-41.908
Amapá	17.823	19.769	-1.946	13.804	29.121	-15.317	19.987	11.073	8.914
Tocantins	67.730	90.055	-22.325	63.545	69.262	-5.717	50.491	82.316	-31.825
NORTE	425.867	416.168	9.699	353.276	357.748	-4.472	314.531	349.090	-34.559
Maranhão	154.041	220.748	-66.707	102.757	155.762	-53.005	125.387	154.859	-29.472
Piauí	99.490	110.842	-11.352	59.821	63.869	-4.048	74.798	104.822	-30.024
Ceará	174.343	136.014	38.329	111.564	98.968	12.596	93.740	98.073	-4.333
R. G. do Norte	85.063	54.640	30.423	54.220	41.653	12.567	60.182	37.047	23.135
Paraíba	112.330	137.991	-25.661	56.340	86.270	-29.930	74.291	70.917	3.374
Pernambuco	194.317	204.361	-10.044	123.499	133.613	-10.114	100.769	107.334	-6.565
Alagoas	70.769	105.894	-35.125	30.839	66.038	-35.199	43.936	80.757	-36.821
Sergipe	38.472	44.775	-6.303	50.366	36.889	13.477	37.736	36.573	1.163
Bahia	339.133	306.116	33.017	221.228	296.299	-75.071	203.885	312.211	-108.326
NORDESTE	1.267.958	1.321.381	-53.423	810.634	979.361	-168.727	814.724	1.002.593	-187.869
Minas Gerais	417.502	378.067	39.435	319.885	263.585	56.300	288.373	276.196	12.177
Espírito Santo	137.501	82.150	55.351	83.903	8.104	25.799	107.421	54.674	52.747
Rio de Janeiro	210.038	251.634	-41.596	193.793	181.624	12.169	141.459	165.522	-24.063
São Paulo	765.469	972.567	-207.098	621.058	640.710	-19.652	535.376	588.652	-53.276
SUDESTE	1.350.510	1.684.418	-153.908	1.218.639	1.144.023	74.616	1.072.629	1.085.044	-12.415
Paraná	262.629	274.548	-11.919	213.816	202.567	11.249	203.613	171.868	31.745
Santa Catarina	217.714	127.768	89.946	153.209	83.366	69.843	194.033	113.545	80.488
Rio G. do Sul	93.457	130.950	-37.493	67.083	107.893	-40.810	90.036	104.016	-13.980
SUL	573.800	533.266	40.534	434.108	393.826	40.282	487.682	389.429	98.253
Mato G. do Sul	120.126	80.308	39.818	70.358	75.524	-5.166	57.900	50.205	7.695
Mato Grosso	142.130	85.618	56.512	93.458	109.856	-16.398	78.627	90.654	-12.027
Goiás	245.943	172.383	73.560	246.078	146.775	99.303	264.087	135.031	129.056
Distrito Federal	157.092	169.876	-12.784	101.190	120.628	-19.438	149.903	138.037	11.866
C. OESTE	665.291	508.185	157.106	511.084	452.783	58.301	550.517	413.927	136.590
<b>TOTAL</b>	<b>4.463.418</b>	<b>4.463.418</b>	<b>-</b>	<b>3.327.741</b>	<b>3.327.741</b>	<b>-</b>	<b>3.240.083</b>	<b>3.240.083</b>	<b>-</b>

Fonte: Fundação IBGE (2006; 2008; 2009).

A compreensão das migrações no Nordeste passa necessariamente pela nova realidade da Região Sudeste. Os movimentos migratórios, do início do século XXI, transformaram os grandes Estados de atração populacional dos anos 70 - São Paulo e Rio de Janeiro - em áreas de perdas migratórias. Nas PNADs 2006, 2008 e 2009 é possível identificar que a imigração para São Paulo diminuiu para 765.469 em 2001-2006 para 621.058 entre 2003-2008, chegando a 535.376 migrantes nacionais para o período 2004-2009 – quando, no período 1995-2000, esta imigração ainda havia sido de 1.223.809 migrantes interestaduais.

Com isso, nas trocas migratórias, o Estado de São Paulo passou de um ganho de migrantes (339.688), no período 1995-2000, para uma perda de -207.098 pessoas, entre 2001-2006, diminuindo esta perda -19.652 pessoas entre 2003-2008 e -53.276 entre 2004-2009. Deve-se ressaltar que estas perdas podem estar relacionadas, muito mais, às saídas de população da Região Metropolitana de São Paulo, com histórico consolidado de migrações interestaduais – em especial nordestina – do que ao cenário do interior paulista, que vem expandindo suas áreas de migração com o Nordeste mais recentemente (BAENINGER, 2002).

O Rio de Janeiro teve seu volume de imigrantes diminuído de 319.749, entre 1995-2000, para 210.038, entre 2001-2006, com declínio mais intenso, no período 2003-2008, para 193.793 imigrantes e 141.459 no período 2004-2009, embora com menor força que o decréscimo para São Paulo. O saldo migratório negativo foi de -41.596 migrantes, entre 2001-2003, positivo de 12.169 pessoas, no período 2003-2008, voltando a ser negativo entre 2004-2009 (-24.063).

Para as antigas áreas de fronteiras agrícolas, as mudanças nos movimentos migratórios também foram expressivas. Na Região Norte, o início dos anos 2000 aponta a inversão dos processos migratórios em Rondônia. Ainda no período 1995-2000, o Estado registrava trocas migratórias interestaduais positivas (10.591 pessoas), passando para um saldo migratório negativo entre 1999-2004 (-6.193), indicando no período 2001-2006 aumentos em suas perdas migratórias (-20.801 migrantes). Porém, o redesenho dessas áreas com a expansão da “nova fronteira agrícola” (CANO, 2011) já se fez sentir nos movimentos migratórios do período 2003-2008 com declínio das

perdas migratórias, para -6.783, voltando a ter ganhos populacionais entre 2004-2009, em especial Rondônia e Amapá.

Na Região Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul que apresentava tendência de perda de população em 1995-2000 (com saldo negativo de 11.029 migrantes), diminuiu sua emigração, passando a um saldo positivo de 39.818 migrantes, entre 2001-2006. Todavia, no período 2003-2008, esse Estado volta a apresentar trocas migratórias negativa de -5.166 pessoas e oscilando para saldo migratório positivo entre 2004-2009 (7.695 pessoas). Outra tendência inversa no Centro-Oeste é registrada pelo Distrito Federal que de ganhos migratórios, ainda em 1995-2000 (27.649 pessoas), passou para uma perda de população em 2001-2006 de 12.784 pessoas, com maiores volumes (-19.438) negativos no período 2003-2008, mas também voltando a ganhos migratórios entre 2004-2009 (11.866 pessoas). O Estado do Mato Grosso nos três períodos (1995-2000, 1999-2004 e 2001-2006), apresentou saldo positivo em suas trocas migratórias, porém, no período recente (2003-2008), passou a ter saldo negativo de -16.398 pessoas, com perdas migratórias entre 2004-2009 (-12.027 pessoas). Nota-se, portanto, as tênues fronteiras entre as “condições migratórias” mesmo dos atuais pólos migratórios no país.

Finalmente, cabe destacar que, a Região Sul passou a ter saldo positivo no âmbito nacional, de um para outro período: de -19.200, no período 1995-2000, para 40.534 migrantes, entre 2001-2006, com manutenção do saldo de 40.282 pessoas, no período 2003-2008 e de 98.253 migrantes, em função principalmente pelos ganhos migratórios de Santa Catarina.

### **Áreas de rotatividade migratória, áreas de retenção migratória e áreas de perdas migratórias**

Considerando-se o Índice de Eficácia Migratória<sup>6</sup> interestadual, nos períodos 1995-2000, 1999-2004, 2001-2006, 2003-2008 e 2004-2009, nota-se que o país vivencia uma intensa mobilidade da população, com o aumento das áreas de rotatividade migratória, onde o índice de eficácia migratório,

<sup>6</sup> Este índice varia de 0-1; quanto mais próximo de 1 será uma área de forte retenção migratória.

tanto positivo quanto negativo, são bastante próximo de zero (Tabela 3). Ou seja, já não há mais áreas de grande retenção migratória e nem de elevada perda migratória. Isto já fica evidente quando observado o comportamento em termos de grandes regiões brasileiras; da Região Norte a Região Sul os índices de eficácia migratória se situam na faixa entre -0,05 e 0,14, ou seja, muito distante dos extremos do indicador (-1 como área de evasão e +1 como área de retenção migratória), há sim um intenso movimento de rotatividade migratória no Brasil, com o indicador situando-se próximo de zero (entram migrantes e saem migrantes).

Assim, os Estados com índice de eficácia próximo ao de rotatividade migratória – mesmo com valores negativos (entre -0,12 e 0,12) – são no período 2004-2009: Rondônia, Acre, Amazonas, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, compreendendo dezessete estados brasileiros.

Os Estados com capacidade de retenção migratória (IEM acima de 0,12, com valor superior de 0,30), no período 2004-2009 totalizam apenas 5 estados: Amazonas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás.

Já as áreas de perdas migratórias (IEM entre -0,12 e -0,30) são apenas: Pará, Tocantins, Piauí, Alagoas, Bahia. Destaca-se que essas áreas têm apresentado também oscilações em suas “condições migratórias” como demonstra a evolução do IEM.

O entendimento das migrações internas atuais, a partir desse novo olhar para os processos migratórios, conduz à substituição de conceitos historicamente datados, tais como:

- a) áreas de evasão por *áreas de perdas migratórias*;
- b) áreas de atração ou absorção por *áreas de retenção migratória*;
- c) áreas de origem e destino por *áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória*.

Duas dimensões estão particularmente presentes na re-definição desses processos: em primeiro lugar, a própria reversibilidade dos diferentes fluxos migratórios, em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades; em segundo lugar, a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas.

**TABELA 3** - Índice de eficácia migratória por Regiões e Unidades da Federação Brasil, 1995-2009

<b>UFs</b>	<b>1995/2000</b>	<b>1999/2004</b>	<b>2001/2006</b>	<b>2003/2008</b>	<b>2004/2009</b>
Rondônia	0,07	-0,06	-0,22	-0,08	0,03
Acre	-0,08	0,06	0,15	0,17	0,01
Amazonas	0,21	0,09	-0,03	0,09	0,28
Roraima	0,54	0,48	0,68	0,36	0,02
Pará	-0,13	0,11	0,06	0,01	-0,15
Amapá	0,49	0,28	-0,05	-0,36	0,29
Tocantins	0,07	-0,15	-0,14	-0,04	-0,24
<b>NORTE</b>	<b>0,06</b>	<b>0,07</b>	<b>0,01</b>	<b>-0,01</b>	<b>-0,05</b>
Maranhão	-0,46	-0,18	-0,18	-0,21	-0,11
Piauí	-0,23	0,02	-0,05	-0,03	-0,17
Ceará	-0,07	0,08	0,12	0,06	-0,02
Rio G. Norte	0,04	0,33	0,22	0,13	0,24
Paraíba	-0,23	0,18	-0,1	-0,21	0,02
Pernambuco	-0,26	-0,06	-0,03	-0,04	-0,03
Alagoas	-0,39	-0,03	-0,2	-0,36	-0,30
Sergipe	-0,04	0,03	-0,08	0,15	0,02
Bahia	-0,35	-0,13	0,05	-0,15	-0,21
<b>NORDESTE</b>	<b>-0,27</b>	<b>-0,03</b>	<b>-0,02</b>	<b>-0,09</b>	<b>-0,10</b>
Minas Gerais	0,05	0,04	0,05	0,1	0,02
Espírito Santo	0,15	-0,01	0,25	0,18	0,33
Rio de Janeiro	0,08	-0,21	-0,09	0,03	-0,08
São Paulo	0,16	-0,09	-0,12	-0,02	-0,05
<b>SUDESTE</b>	<b>0,12</b>	<b>-0,07</b>	<b>-0,05</b>	<b>0,03</b>	<b>-0,01</b>
Paraná	-0,06	-0,02	-0,02	0,03	0,08
Santa Catarina	0,18	0,21	0,26	0,3	0,26
Rio Grande do Sul	-0,15	-0,11	-0,17	-0,23	-0,07
<b>SUL</b>	<b>-0,02</b>	<b>0,03</b>	<b>0,04</b>	<b>0,05</b>	<b>0,11</b>
Mato Grosso do Sul	-0,05	-0,04	0,2	-0,04	0,07
Mato Grosso	0,15	0,41	0,25	-0,08	-0,07
Goiás	0,37	0,3	0,18	0,25	0,32
Distrito Federal	0,07	-0,14	-0,04	-0,09	0,04
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>0,18</b>	<b>0,16</b>	<b>0,13</b>	<b>0,06</b>	<b>0,14</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.196.142</b>	<b>4.635.641</b>	<b>4.463.418</b>	<b>3.327.741</b>	<b>3.240.083</b>

Fonte: Fundação IBGE (2000; 2004; 2006; 2008; 2009).

O caso de Estado de São Paulo é indicativo de tais alterações. Considerado o pólo nacional das migrações no Brasil por mais de 50 anos caracteriza-se por distintas “condições migratórias”. Nas principais trocas migratórias ocorridas entre 2004-2009, dentre os estados brasileiros, São Paulo apresentou-se como área de forte perda migratória para os estados da região Sul e Centro-Oeste - com destaque para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso – e também para o Estado do Amazonas. Com os estados do Pará (na Região Norte) e Rio de Janeiro (na Região Sudeste) constitui área de retenção da migração. Já com os restantes 20 estados brasileiros caracteriza-se como área de rotatividade migratória.

Como se poderia visualizar essa configuração migratória para São Paulo dez anos atrás? Como mantermos a hipótese de que esta tendência atual de rotatividade migratória permanecerá? A passagem de uma “condição migratória” de retenção, perda ou rotatividade migratória para as áreas requer o entendimento da complexidade que o fenômeno migratório assumiu no século XXI, tanto pela generalização do processo de urbanização, quanto pelas modalidades migratórias advindas de deslocamentos de curta distância.

As informações sobre migração da PNAD 2008 indicam os maiores volumes nos fluxos migratórios internos, para o período 2004-2009, entre os seguintes estados:

- Do Maranhão (Região Nordeste) para o Pará (Região Norte) e do Pará para o Maranhão, constituindo o volume fluxo migratório fora da Região Sudeste.
- De São Paulo para a Bahia, Minas Gerais e Paraná: com saldos negativos para SP.
- Do Distrito Federal para Goiás.
- Do Paraná para Santa Catarina.
- Do Rio de Janeiro para Minas Gerais e São Paulo.
- Da Bahia para Goiás.

Nesse contexto de redefinição de áreas de retenção e perdas migratórias, redesenha-se a mobilidade espacial da população no Brasil, com processos migratórios que resultam na *expansão dos espaços de rotatividade migratória*. A tendência de perda migratória do Sudeste, evidenciada já entre 1999-

2004 (CUNHA, 2006; HAKKERT; MARTINE, 2006; BRITO; CARVALHO, 2006), revela a consolidação dos espaços da migração no país, onde a complementaridade migratória - historicamente existente entre Nordeste-Sudeste – se redefine num cenário de rotatividade migratória.

Desse modo, o cenário migratório do século 21 apresenta dois grandes vetores redistributivos nacionais. O primeiro é caracterizado pela “dispersão migratória metropolitana”, que em nível nacional é marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais que partem do Sudeste em direção ao Nordeste. No âmbito intra-estadual, esta tendência se evidencia com a conformação de importantes fluxos migratórios metrópole-interior. Nesse sentido, o segundo vetor refere-se a “interiorização migratória”, com trajetórias migratórias de mais curtas distâncias, envolvendo aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos, expressos na maior retenção de população migrante nos estados e nas regiões demográficas. A reversibilidade dos processos migratórios adquire significado distinto quando se contempla dinâmicas urbano-regionais específicas.

Podem-se caracterizar os espaços da migração no Brasil nos últimos anos da seguinte maneira:

- i. Área de retenção migratória nacional e regional, ou seja, o novo pólo das migrações, o Estado de Goiás, situado na região Centro-Oeste e área de expansão do complexo grãos-carne no país;
- ii. Áreas de retenção migratória regional, estados do Mato Grosso (Região Centro-Oeste), Pará (Região Norte), Rio Grande do Norte (Região Nordeste), Espírito Santo (Região Sudeste) e Santa Catarina (Região Sul);
- iii. Área de rotatividade migratória nacional: São Paulo e Rio de Janeiro, em especial suas metrópoles - expressões territoriais do fordismo nos anos 1970/1980 no Brasil.

É nesse sentido, que se pode observar nas migrações internas do Brasil, na primeira década do século 21, uma faixa que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará, caracterizada pelas as maiores áreas de retenção migratória. Já o outro corredor da migração nacional é historicamente conformado pelos fluxos Nordeste-Sudeste, e agora pelos seus refluxos Sudeste-Nordeste, onde transitam os volumes mais

elevados da migração do país, com intensas áreas de rotatividade migratória; reconfiguram-se espacialidades migratórias em âmbito sub-regional, como são os casos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo.

Essas espacialidades sub-regionais também é observada na Região Sul, com o Estado de Santa Catarina. Já no Norte/Nordeste do país, as novas áreas de expansão da fronteira agrícola, ganham importância na recepção dos fluxos migratórios do Pará e da atual retenção migratória de Roraima.

### **Rotatividade migratória: conceito para as migrações urbanas**

O fenômeno migratório atual apresenta especificidades que indicam tanto sua complexidade, advinda do processo de reestruturação urbana e econômica, quanto seu importante papel na conformação de espaços regionais e locais. O entendimento do fenômeno como processo histórico-social, como já indicava Singer (1973), constitui a raiz do entendimento também para os processos migratórios urbanos atuais.

As localidades de partida e chegada, contudo, não se configuram mais como as antigas áreas de origem e destino conforme pensadas para a migração rural-urbana desde suas formulações clássicas (LEE, 1960; SINGER, 1973). O expressivo retorno migratório revela configurações da migração e de trajetórias urbano-urbanas não contempladas nos conceitos datados em seu tempo histórico.

Poder-se-ia, então, recorrer ao conceito de circulação para as análises dos processos migratórios atuais?

Zelinsk (1971) define circulação como uma etapa de transição para movimentos migratórios permanentes, diferenciando circulação de migração, uma vez que a primeira não implica em mudança de residência e com restrita temporalidade. Nesta mesma direção, Chapman e Prothero (1985) denominam circulação como um conceito que substitui migração, quando não há mudança permanente de residência.

Skeldon (1990, p.293) destaca:

(...) the process of wage labor circulation must refer to many interrelated macro factors – land inequality, pauperization, uprooting, rural exodus, conditions maintaining both rural and urban poverty, disarticulation of links between village and town, spatial-economic disorganization, urban polarization of resources, the



parasitic character of urban areas and possibly many more. Collectively these may be called the working of a syndrome of poverty and mobility. Wage labour circulation is just one manifestation of this syndrome.

Essas interpretações conceituais, portanto, ainda estão baseadas em um excedente populacional na origem rural que circula por trabalhos sazonais ou temporários no lugar de destino. Ainda na perspectiva das migrações rurais-urbanas, a circulação traduziria a complementaridade dos deslocamentos de população; tais conceitos partem de uma sociedade em transição para o mundo urbano, onde as mudanças na estrutura agrária geram um contingente de “força de trabalho móvel” (SPAAN, 1999).

A circulação, em sua formulação clássica, traduz a força de trabalho disponível em meio às transformações geradas pelo urbano e pela industrialização. Considera-se, contudo, que este conceito de circularidade, na etapa atual da sociedade urbanizada encontra limites para contemplar a complexidade do fenômeno migratório, uma vez que se baseiam em áreas de origem menos dinâmicas para áreas de destino com dinâmicas produtivas e capacidade em emprego, mesmo que temporários ou sazonais. O olhar é para o destino migratório.

O conceito de rotatividade migratória contempla, por sua vez, como primeiro pressuposto, tratar-se de um fenômeno migratório eminentemente urbano e que – também no âmbito das migrações internas – constitui um fato social total (SAYAD, 1990). Ou seja, a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dimensão econômica e cultural no local de partida e de chegada; Sayad (1999) se refere ao conceito de *double absence* para o entendimento das migrações internacionais nessa perspectiva.

A segunda premissa do conceito de rotatividade migratória vincula-se à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional. No contexto atual, esse é um excedente populacional urbano gerado tanto na área de origem como na área de destino, que será rotativo dependendo das necessidades do capital e da inserção dessas localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional. A rotatividade da mão de obra nos processos migratórios – via rotatividade migratória – contribuirá para

atender as demandas e custo da força de trabalho nos locais de chegada e de partida.

A releitura do conceito de força de trabalho móvel pode ser contemplada como uma dimensão das migrações internas urbanas da atualidade. No contexto atual da reestruturação da economia em nível internacional e seus rebatimentos em âmbitos locais (HARVEY, 1992) a força de trabalho móvel urbana tende a crescer, em especial em uma economia baseada nos serviços, com a fluidez também dos movimentos migratórios no atual processo de urbanização.

O conceito de rotatividade migratória pressupõe ainda a dimensão espacial para o entendimento dos processos migratórios (VILLA; RODRIGUEZ, 1994) e, mais que isto, seus espaços de vida (COURGEAU, 1988), com idas-e-vindas, retornos, temporalidades limitadas.

Nesse sentido, as explicações das dinâmicas migratórias internas no país têm se aproximado cada vez mais de aportes teóricos acerca das migrações internacionais, quer seja na vertente do tema das redes sociais (MASSEY et al., 1998), quer seja na vertente da demanda por trabalhadores, como indicado por Krissman (2005).

É no espaço de vida (COURGEAU, 1988), no campo social (BOURDIEU, 1997) onde agentes “ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (...) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos”, constituindo os espaços sociais da migração.

### **Considerações finais**

As evidências empíricas acerca das migrações internas no Brasil conduzem a novos olhares para a interpretação dos movimentos migratórios e sua descrição, bem como impõe enorme desafios conceituais.

Em termos empíricos, o elemento que mais chama a atenção se refere à complementaridade migratória - como transferências de população do Nordeste para o Sudeste -, que parecia ter diminuído nos anos 80, volta a ser retomada nos 90, porém se nos redesenha 2000. O Nordeste registrava um total de 1,3 milhão de emigrantes para outras regiões, em 1986-1991,

elevando-se para 1,8 milhão em 1995-2000; a partir dos anos 2000 diminui para o patamar de 1,3 mil emigrantes no período 2001-2006, e para 980 mil emigrantes entre 2003-2008, mas voltando a um milhão entre 2004-2009. Essas oscilações nos volumes da imigração e emigração entre o Nordeste e Sudeste parecem confirmar as enormes idas-e-vindas, o caráter reversibilidade dos movimentos migratórios internos de longa distância no Brasil.

As migrações no século 21 redefinem seus pólos, configurando mais áreas de retenção da migração do que áreas com uma tendência polarizadora de longa permanência, como foi o caso do Sudeste nos últimos cinquenta anos. Essas modificações são resultados de inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trouxeram efeitos em termos políticos e econômicos. Tais mudanças exercem efeitos sobre a decisão de migrar, e num contexto mais atual, sobre a decisão de permanecer ou não na Região/Estado para a qual migrou em tempos passado.

Entretanto, os volumes de imigração e emigração entre Nordeste-São Paulo não deverão ser muito menores. Em um contexto de enormes transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel – quer seja nas metrópoles do Sudeste ou do Nordeste - e o emprego na indústria oscila conforme o mercado internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais evidente a complexidade do entendimento das migrações internas na sociedade brasileira do século 21. Encontrar caminhos teórico-metodológicos para a nova leitura das migrações internas no Brasil requer considerar que para a conceitualização de rotatividade migratória torna-se importante destacar que estamos diante de uma nova sociedade: reflexiva (GIDDENS, 1991), de risco (BECK, 1992), da tecnologia da informação (CASTELLS, 1999). Assim, no caso da compreensão de espaços de “partida e chegada” tão difusos é imprescindível considerar a articulação de processos locais ao âmbito regional e global, que promovem “mecanismos de desencaixe” da sociedade (GIDDENS, 1991), com reflexos nos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população nos variados contextos regionais.

Por sua vez, as novas territorialidades e os espaços da migração aceleram seu processo de emergência na sociedade de riscos. Nesta, os riscos são compartilhados (OJIMA, 2003) e, portanto, a rotatividade migratória – marcada por entradas e saídas – está imersa em um conjunto de “sistemas peritos” da sociedade (GIDDENS, 1991): desde a facilidade de transportes até a conformação de novos espaços da migração no âmbito local e regional. A intensificação de áreas com rotatividade migratória no país indica a fluidez da força de trabalho em espaços compartilhados da sociedade de risco. Esse parecer ser um caminho promissor para o aprofundamento das interpretações acerca do fenômeno migratório na contemporaneidade, bem como para o processo de configuração de espaços regionais.

## Referências

BAENINGER, R. Expansão, redefinição ou consolidação dos espaços da migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Região, Metrópole e Interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes - Brasil, 1980-1996. 1999. 243f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BECK, U. **Risk society:** towards a new modernity. Sage Publications: London, 1992.

BILSBORROW, R. E. (Org.). **Migration, urbanization and development:** new directions and issues. New York: UNFPA/Kluwer, 1996.

BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, C.A. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

BRITO, F.; CARVALHO, J. A. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.22, 2006.

\_\_\_\_\_; GARCIA, R.; SOUZA, R. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004.

\_\_\_\_\_. **População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro.** 1997. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1997.

CANO, W. **Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980.** Campinas: IE/UNICAMP, 2011. (Texto para Discussão, 193).

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. **Circulation in Third World countries.** Londres: Routledge & Kegan Paul, 1985.

COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n.50, 1990.

\_\_\_\_\_. Méthodes de mesure de la mobilité spaciale: migration internes, mobilité temporaire, navettes. **L'Institut National D'Estudes Démographiques.** Paris, 1988.

COUTINHO, L. Cenários exploratórios do Brasil 2020: comentário. **Revista ANPEC**, Brasília, n.4, 1998.

CUNHA, J. M. P. A migração no Brasil no começo do Século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.22, 2006.

\_\_\_\_\_; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno CRH**, Salvador, v.18, n.43, 2005.

\_\_\_\_\_. **Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina.** Santiago de Chile: CELADE/FNUAP, 2002. (Serie Población y Desarrollo, 30).

\_\_\_\_\_. (Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1990/1991: qual o efeito da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998.

DINIZ, C. C. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. In: AFFONSO, R.; SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados.** São Paulo: Fundap, 1995.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de la Migración. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n.49, 1990.

EBANKS, E.G. **Determinantes socioeconómicos de la migración interna.** Santiago de Chile: CELADE, 1993.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.29, 1991.

FUNDAÇÃO IBGE. **PNAD 2009**. Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. **PNAD 2008**. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **PNAD 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **PNAD 2004**. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HAKKERT, R.; MARTINE, G. Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.22, 2006.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

KRISSMAN, F. Sin coyote ni patrón: why the “Migrant Network” fails to explain International Migration. **International Migration Review**, US, v.39, n.1, 2005.

LATTES, A. E. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: UNITED NATIONS. **Population, distribution and migration**. New York, 1998.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. (Original 1960).

MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil)**. São Paulo: FUNDAP/Editora UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília, 1994. (Textos para Discussão, 329).

\_\_\_\_\_; CARVALHO, J. A. M. **Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. (Trabalho apresentado no Seminário Brasil Século XXI).

\_\_\_\_\_. Migração e metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.1, n.2, 1987.

\_\_\_\_\_; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.1, n.2, 1984.

MASSEY, D. et al. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

OJIMA, R. **Instituições políticas e mudança ambiental: os novos arranjos institucionais na gestão de recursos hídricos e suas interfaces políticas**. 2003. 157f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas, IE/UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1997.

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SAYAD, A. **La double absence: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré**. Paris: Seuil, 1999.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: \_\_\_\_\_. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1973.

SKELDON, R. **Population mobility in developing countries**. London: New York: Bedhaven Press, 1990.

SPAAN, E. **Labour circulation and socioeconomic transformation: the case of East Java, Indonesia**. Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute, n.56, 1999.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. **Demography**, Chicago, v.26, n.1, 1989.

VILLA, M.; RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemográfica de las metrópolis latinoamericanas. **Documentos Docentes**, Santiago de Chile, 1994.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. **Geographical Review**, New York, v.61, n.2, 1971.

